

ISAAK ASIMOV

IMPÉRIO ROMANO

A ASCENSÃO E A QUEDA DO MAIOR IMPÉRIO DA ANTIGUIDADE



COLEÇÃO HISTÓRIA UNIVERSAL ISAAK ASIMOV



Planeta minotauro

ISAAC ASIMOV

**IMPÉRIO
ROMANO**

Tradução do espanhol
Luis Reyes Gil



Copyright © Asimov Holdings LLC. World rights reserved and controlled by Asimov Holdings LLC.

Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2023

Copyright da tradução © Luis Reyes Gil, 2023

Todos os direitos reservados.

Título original: *The Roman Empire*

Preparação: Renato Ritto

Revisão: Thayslane Ferreira e

Fernanda França

Projeto gráfico: Marcela Badolatto

Diagramação: Nine Editorial

Capa e ilustração de capa: Paula Cruz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Asimov, Isaac, 1920-1992

O império romano: história universal / Isaac Asimov; tradução de Luis Reyes Gil. - São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

304 p.

ISBN 978-85-422-2464-1

Título original: *The Roman Empire*

1. Roma – História – Império 2. Imperadores romanos I. Título II. Gil, Luis Reyes

23-5829

CDD 937

Índice para catálogo sistemático:

1. Roma – História – Império



Ao escolher este livro, você está apoiando o manejo responsável das florestas do mundo

2023

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Planeta do Brasil Ltda.

Rua Bela Cintra, 986, 4º andar – Consolação

São Paulo – SP – 01415-002

www.planetadelivros.com.br

faleconosco@editoraplaneta.com.br

SUMÁRIO

1. AUGUSTO.....	6
2. A LINHAGEM DE AUGUSTO	42
3. A LINHAGEM DE VESPASIANO	80
4. A LINHAGEM DE NERVA.....	92
5. A LINHAGEM DE SEVERO	132
6. A ANARQUIA	150
7. DIOCLECIANO.....	164
8. A LINHAGEM DE CONSTÂNCIO	182
9. A LINHAGEM DE VALENTINIANO	206
10. OS REINOS GERMÂNICOS	236
GENEALOGIAS	268
CRONOLOGIA	274
ÍNDICE ONOMÁSTICO	288

INTRODUÇÃO

Em meu livro *The Roman Republic*,¹ relatei o surgimento de Roma, que começou como uma pequena aldeia às margens do rio Tibre, na Itália.

Havia sido fundada, segundo a lenda, em 753 a.C.; isto é, 753 anos “antes de Cristo”, ou antes da data tradicional do nascimento de Jesus.²

Durante séculos, os romanos lutaram para criar um governo eficiente. Livraram-se de seus reis, criaram uma república, elaboraram um sistema de leis e reforçaram o próprio domínio sobre as regiões circundantes.

Sofreram algumas derrotas e houve um momento em que a cidade esteve a ponto de ser destruída por invasores bárbaros. Mas os romanos resistiram, e, quando a cidade já tinha cinco séculos de existência, conseguiram dominar toda a Itália. Roma começou, então, a guerrear contra as outras grandes nações do mundo mediterrâneo. Várias vezes esteve perto da derrota, mas em algumas outras conseguiu resistir e chegar à vitória. Na época em que a cidade completou seis séculos, era a maior potência do Mediterrâneo.

A prosperidade e o poder trouxeram problemas, e Roma começou a sofrer com as insurreições de escravos, as revoltas de seus aliados e, principalmente, com guerras desencadeadas por seus generais rivais.

1. Houghton Mifflin Harcourt, 1973.

2. Os romanos contavam os anos a partir desta data, à qual se referiam como o 1 a.u.c. (*ab urbe condita*, “desde a fundação da cidade”). Ao longo deste livro, as datas mais importantes serão fornecidas tanto no sistema atual como no sistema romano.

Houve um momento em que a paz parecia algo possível, quando o maior dos generais romanos, Júlio César, conquistou todo o poder para si. Mas, em 44 a.C. (709 a.u.c.), César foi assassinado e teve início outra guerra civil.

Desta vez, o conflito durou pouco. O sobrinho-neto de Júlio César Otaviano, tomou o poder e derrotou todos os seus rivais. Em 29 a.C. (724 a.u.c.), finalmente houve paz. Terminaram as guerras que haviam durado sete séculos, tanto as grandes campanhas de conquista como as terríveis e lamentáveis guerras civis.

A guerra continuou em regiões fronteiriças e em lugares distantes, mas as terras civilizadas em torno do Mediterrâneo entregaram-se de bom grado às alegrias da paz. Foi nesse ponto que concluí a obra *The Roman Republic*, e é a partir daí que, com este livro, retomo o relato.

○ PRINCIPADO minotauro

Conquistada a paz, Otaviano se dispôs a reorganizar o governo. Até aquele momento, Roma havia sido governada pelo Senado, um grupo de homens provenientes de famílias ricas e nobres da cidade. Essa forma de governo funcionou bem quando Roma era um território pequeno, mas, apesar de todos os esforços para adaptá-la a um grande império, que agora se estendia por milhares de quilômetros, a cidade mostrava-se antiquada. Os senadores, muitos deles corruptos, saqueavam as províncias que deveriam, supostamente, governar e se opunham às necessárias mudanças sociais internas que poderiam enfraquecer o próprio poder.

Durante um século, houve uma constante oposição dentro de Roma ao partido dos senadores por parte dos políticos que não o eram e que queriam uma parcela do poder e das riquezas. (Sem dúvida, havia também idealistas de ambos os lados que teriam desejado um governo

honesto e eficiente.) Tanto o Senado quanto a oposição fizeram uso da força, e foi isso o que originou meio século de guerras civis.

Júlio César planejava encerrar essa situação suprimindo o Senado como instituição tipicamente romana, formada apenas por homens nascidos e educados na Itália. Começou tentando introduzir no Senado homens das diversas províncias. Com isso, seria estabelecido um governo no qual os interesses gerais de todo o âmbito romano estariam representados. Sem dúvida, deve também ter imaginado que, com um governo no qual figurassem muitos homens de fora da Itália, poderia ser proclamado rei. Os romanos da Itália tinham um forte preconceito com os reis, mas os habitantes das províncias estavam muito acostumados a eles e teriam aceitado um “rei Júlio”. Então, quando um só homem fosse estabelecido no poder, seria possível impor mais ordem e eficiência a Roma, desde que esse governante fosse uma pessoa capacitada, como Júlio César certamente o era.

A longo prazo, isso teria sido de inestimável valor para a civilização ocidental, mas era muito difícil colocar em prática tal ideal de igualdade racial e nacional. Havia um número excessivo de homens que se consideravam donos dos domínios de Roma e que também não estavam dispostos a renunciar aos próprios privilégios. Sem dúvida, esse preconceito nacional teve grande relevância nas motivações dos homens que assassinaram Júlio César.

Quando Otaviano assumiu o poder, compreendeu que, para reformar o governo, era necessário que um só homem fosse supremo. Mas o destino de seu tio-avô o ensinara a proceder com cautela. Decidiu não se arriscar a implantar a monarquia nem permitir que o poder se afastasse da Itália. Essas linhas de ação o teriam tornado impopular demais e aproximariam dele o punhal de um assassino. Por isso, declarou que seu desejo era restaurar a República e governar com as velhas instituições, às quais os romanos estavam habituados.

De certo modo, foi o que aconteceu: destituiu os senadores introduzidos por César, deixando apenas os de aceitável ascendência

italiana. Otaviano esmerou-se em tratar os senadores e o Senado com todo respeito e em manter o poder senatorial inteiramente nas mãos dos italianos. Fez com que o Senado discutisse assuntos de governo, para grande alvoroço dos senadores, e com que cumprisse todos os velhos procedimentos, fizesse recomendações e tivesse voz no governo de certas províncias e na nomeação de alguns funcionários de segundo escalão.

Mas cabia ao próprio Otaviano (que controlava todos os cargos importantes do governo) decidir quem seria senador e quem não seria, e todos os membros do Senado sabiam disso. Portanto, embora tivessem toda a liberdade de se expressar, sempre terminavam decidindo fazer exatamente o que Otaviano queria que fizessem.

Otaviano também atraiu para o seu lado os *equites*. Eram a classe média do mundo romano, os homens de negócios. O nome *equites* derivava de uma palavra latina que significa “cavalo” porque, quando convocados para o serviço militar, era permitido que arcassem com os custos de um cavalo e de equipamento militar correspondente, e, portanto, costumavam servir como ginetes na cavalaria, enquanto os soldados a pé provinham das classes mais pobres. Às vezes são também chamados de “cavaleiros”, palavra que vem de outro termo latino, *caballus*, que significa “cavalo de carga”. Esse nome também foi dado aos ginetes nos exércitos medievais, embora os “cavaleiros” medievais fossem muito diferentes dos *equites* romanos.

Os *equites* eram ricos o suficiente para que fossem senadores, mas não pertenciam às velhas famílias senatoriais. Alguns foram transformados em senadores por Otaviano, e outros ele colocou em cargos administrativos importantes. Tornaram-se os “funcionários públicos” do Império, por assim dizer. Foi dessa maneira que as classes médias, bem tratadas, mostraram grande lealdade a Otaviano e a seus sucessores.

Um aspecto importante do poder de Otaviano foi seu total controle do exército, que só obedecia a ele, o único que tinha dinheiro para pagá-lo.

Otaviano espalhou cuidadosamente por volta de dez mil soldados por toda a extensão da Itália; eles formavam a “guarda pretoriana” (nome derivado dos dias em que um general, o *praetor*, usava um grupo de soldados como guarda pessoal). A guarda pretoriana foi a força privada de Otaviano e constituiu o punho de ferro sob a luva de pelica de sua política deliberadamente moderada. Havia também uma força especial de cerca de mil e quinhentos homens que formavam a polícia da própria cidade de Roma, e que impediu os motins e distúrbios de rua, tão característicos durante o período de agitação social e guerra civil do século anterior a Otaviano.

Mas a parte principal do exército não permaneceu na Itália, onde generais rebeldes poderiam criar intrigas contra o Senado e gerar revoltas repentinas. As legiões romanas (eram vinte e oito, com seis mil homens cada, além das forças auxiliares, que faziam o total subir a mais ou menos quatrocentos mil homens) foram dispostas nas fronteiras exteriores dos domínios romanos, justamente nos lugares onde podia haver problemas com as tribos bárbaras. Desse modo, as tropas ficavam ocupadas e atarefadas em seus assuntos, permanecendo, ao mesmo tempo, sob o controle de Otaviano, que podia enviá-las a uma ou outra parte, segundo lhe conviesse. Além disso, Otaviano cuidou para que os oficiais do exército e as tropas de elite fossem italianos. Dessa maneira, estabelecia-se a supremacia da Itália sobre as províncias e assegurava-se que o exército fosse dirigido por gente fiel à tradição romana.

Além do mais, embora fosse concedido ao Senado o tradicional direito de governar províncias, a gestão ficava limitada às províncias do interior, nas quais não havia exércitos estacionados. As províncias fronteiriças, onde havia exércitos, ficavam sob o controle pessoal de Otaviano. Até as regiões senatoriais passavam ao comando de Otaviano quando ele queria governá-las.

Em outras palavras, o Senado não controlava nenhuma parte do exército e sabia que toda agitação que promovesse o deixaria indefeso

e sem ação diante de homens armados que podiam matá-lo sem nenhum escrúpulo, se assim lhes fosse ordenado. Por isso, os senadores se comportaram de maneira ponderada e não criaram problemas.

Em 27 a.C., Otaviano anunciou que os perigos haviam passado, a paz havia sido restaurada, tudo estava tranquilo e que, portanto, ele abria mão de todos os poderes especiais que tinha, inclusive o controle do exército. Mas não estava falando sério, e o Senado sabia disso. O que Otaviano realmente queria era que o Senado lhe devolvesse todos os poderes. Então, ele os teria legalmente e ninguém conseguiria levantar contra ele a acusação de ser um “usurpador ilegal”.

O Senado foi submisso. Solicitou humildemente a Otaviano que aceitasse numerosos poderes, entre os quais o fundamental: o comando das forças armadas. Também solicitou que aceitasse o título de *Princeps*, que significava “o primeiro cidadão”. (Dessa palavra deriva a nossa “príncipe”.) Por essa razão, o período de três séculos da história romana que começou em 27 a.C. (726 a.u.c.) é chamado, às vezes, de “o Principado”.

Otaviano também recebeu, naquele ano, o título de Augusto, que anteriormente havia sido dado apenas a certos deuses e implicava que a pessoa assim chamada era responsável pela melhoria do bem-estar do mundo. Otaviano aceitou o título e é mais conhecido na história como Augusto. Portanto, assim será chamado a partir de agora.

Para o exército, porém, ele era o *Imperator*, que significa “comandante”, ou “líder”. Era um título que ele ostentava desde uma primeira vitória obtida em 43 a.C., durante os distúrbios que se seguiram ao assassinato de César. Essa palavra virou “imperador” no português moderno; Augusto, portanto, é considerado o primeiro imperador romano, e o período em que governou é chamado de Império Romano.

No entanto, embora o sobrinho-neto de Júlio César tivesse sido alçado a príncipe e imperador e, como Augusto, a alguém quase divino, não se tornou rei, pois achava que não seria aceito pelos romanos. Por mais que tivesse todos os poderes de um monarca (e um pouco mais),

nunca usou o título; bastava-lhe ser, de fato, um monarca. Em vez de proclamar-se rei, providenciou para que, todo ano, fosse eleito cônsul (o cargo eletivo tradicional do poder executivo romano, exercido por um ano). Considerando que os romanos sempre elegiam dois cônsules, Augusto fazia com que alguém fosse eleito com ele. Em tese, o outro cônsul tinha tanto poder quanto Augusto, mas na realidade não era assim, e quem era eleito sabia muito bem que não podia nem sonhar em ter esse poder.

Posteriormente, Augusto renunciou ao consulado, e o cargo tornou-se um meio de recompensar diferentes senadores, ano após ano. Em contrapartida, ele passou a ser tribuno vitalício e ajeitou as coisas para que tal cargo tivesse mais poderes legislativos do que o de cônsul. Também se fez nomear *pontifex maximus*, ou sumo sacerdote, e foi acumulando outros cargos adicionais, um após o outro.

Como resultado desse acúmulo de cargos, controlou a administração do governo por meio dos velhos costumes republicanos. Poucos romanos da época viam qualquer diferença prática no modo em que eram governados, exceto pelo fato de que não havia mais guerra civil, o que, obviamente, era uma grande mudança positiva. Apenas os senadores – que sonhavam com a época em que haviam sido os verdadeiros chefes – e alguns poucos intelectuais idealistas sentiam realmente a diferença. Às vezes sonhavam com a velha República, que, na memória deles ou nas leituras que faziam sobre a história, chegava-lhes a parecer muito melhor do que realmente era. E quanto mais remontavam no tempo, mais nobre a República lhes parecia em sonho.

Não foi só o comando militar de Augusto e sua autoridade oficial o que manteve a paz em Roma sob seu governo. Foram também as finanças.

A República Romana sempre tivera um método muito ineficaz de arrecadação pública. Os impostos acabavam, com frequência, no bolso dos arrecadadores, e o governo precisava recorrer ao saque direto das terras conquistadas. Os cidadãos romanos eram livres de

impostos, como recompensa por terem conquistado o mundo antigo; na verdade, muitos dos cidadãos romanos mais pobres eram mantidos pelo Estado diretamente com o dinheiro retirado das províncias.

No século que antecedeu Augusto, os habitantes das províncias viviam oprimidos: primeiro pelos impostos legais; depois, pelos subornos e pelo roubo, por meio dos quais os governadores provinciais enriqueciam pessoalmente; e, por último, pela imposição extorsiva e ilegal de taxas e multas por parte de generais que travavam guerras civis em determinadas províncias.

As exigências financeiras eram tão opressivas e o dinheiro que chegava ao tesouro central tão escasso que, quando o período das conquistas terminou e as fontes de saque secaram, o governo romano viu-se à beira da falência.

Augusto tampouco podia planejar novas conquistas para evitar a ruína financeira. Todas as regiões ricas do mundo civilizado ao alcance dos exércitos romanos já haviam sido tomadas. Restavam apenas culturas bárbaras que, depois de conquistadas, ofereciam rendas muito pequenas, por mais que fossem exploradas.

Caso o velho esquema de extorsão continuasse, Roma inevitavelmente descambaria para a anarquia. Entre outras coisas, não seria mais possível pagar os soldados, e, com isso, poderiam rebelar-se e Roma seria dilacerada por facções em conflito, como havia ocorrido com o Império de Alexandre Magno três séculos antes.

Augusto, por isso, fez o possível para impor um sistema fiscal honesto. Os governadores provinciais passaram a receber um generoso salário, e ficou claro que qualquer tentativa de aumentar tal salário com subornos seria castigada de maneira rápida e severa. Antes, os subornados sabiam que o Senado faria vista grossa, pois todos os senadores já haviam feito o mesmo ou nutriam intenção de fazer na primeira oportunidade que surgisse. Mas o imperador não tinha necessidade alguma de subornos, pois já era o homem mais rico do Império. Na verdade, cada moeda roubada por um funcionário corrupto

era dinheiro subtraído do tesouro do imperador, por isso não cabia esperar que Augusto demonstrasse nenhuma clemência.

Além disso, Augusto tentou introduzir reformas no sistema de impostos para que uma porcentagem maior do dinheiro arrecadado fosse parar no tesouro, e uma parte menor, no bolso dos arrecadadores.

Inovações como essas mantiveram as províncias tranquilas e relativamente felizes. Podiam lamentar a perda de poder político que pareciam ter estado perto de alcançar com Júlio César, mas nem a própria aristocracia romana tinha poder político real. Por fim, as províncias podiam alimentar a esperança de desfrutar de um governo razoavelmente honesto e eficiente, o que era mais do que haviam tido antes, até mesmo sob seus próprios reis.

Mas apesar da reforma fiscal e do freio à corrupção, a renda do Império ainda não atendia a todas as suas necessidades e gastos, em particular porque Augusto estava empenhado num enorme programa de embelezamento da cidade de Roma (atribui-se a ele a afirmação de que havia encontrado a cidade em tijolos e a devolvera revestida de mármore), que incluía criar uma brigada de bombeiros, estender as estradas por todo o Império, entre outras melhorias.

Augusto utilizou as necessidades financeiras do Império como um modo adicional de consolidar seu poder. Quando derrotou Antônio e Cleópatra, apoderou-se do Egito, não como mera província romana, mas como propriedade particular. Nenhum senador tinha permissão sequer de entrar no Egito sem uma autorização especial.

O Egito era, na época, a região mais rica do mundo mediterrâneo. Graças às inundações anuais do Nilo, a agricultura nunca sofria danos e as colheitas eram enormes, de modo que a província serviu de celeiro, ou provedora de alimentos, para a Itália. Todos os impostos cobrados dos sofridos camponeses egípcios iam para o tesouro pessoal de Augusto. O mesmo acontecia com grande quantidade de outros fundos obtidos por meio de diversos recursos legais. (Muitos homens ricos davam a Augusto parte de seu patrimônio, quer por gratidão

pela paz que ele havia conseguido impor, quer – talvez – como uma forma de suborno, para que seus herdeiros pudessem desfrutar do restante sem problemas.)

Augusto, portanto, podia colocar dinheiro do próprio bolso para atender a muitas das necessidades do Império. O leitor pode pensar que teria sido mais simples se o dinheiro fosse diretamente para o Estado, mas o raciocínio de Augusto era que, se o imperador fosse o intermediário, poderia decidir não doá-lo como uma forma de castigo ou doá-lo e comprar a gratidão de todos. Além disso, só ele podia garantir o pagamento dos soldados, que lhe seriam leais por isso.

Augusto buscou fortalecer a posição da Itália por meio de uma legislação social e política. Tentou restaurar os costumes religiosos para que fossem o que haviam sido antes das culturas mais atraentes e espetaculares do Leste invadirem Roma, levadas pelos escravos do Oriente conquistado. Como o costume romano permitia que tais escravos fossem libertados sob certas condições, os “libertos” não romanos – que tinham os direitos de homens livres, mas muitas vezes não adotavam as tradições romanas – aumentavam na Itália. Augusto não queria que a antiga população italiana fosse sufocada, e suas reformas menos admiráveis foram as que tentavam restringir a libertação de escravos.

Foi dessa maneira, durante quarenta e cinco anos após conquistar o poder, que Augusto governou Roma na prosperidade e, pelo menos internamente, em paz.

Não há nenhuma dúvida de que as reformas de Augusto assinalaram uma guinada importante na história. Se não tivesse sido tão inteligente como foi ou não tivesse vivido por tanto tempo, Roma teria continuado com as guerras civis e, talvez, em poucas gerações poderia ter se fragmentado e entrado em decadência. Da forma como as coisas ocorreram, o mundo romano permaneceu forte e intacto por quatro séculos, tempo suficiente para que a cultura romana se assentasse de modo tão sólido em grande parte da Europa que nem

os desastres que se seguiram puderam apagá-la. Nós mesmos somos herdeiros dessa cultura.

Cabe lembrar, também, que o cristianismo, a principal religião do mundo ocidental, evoluiu sob o Império, e não teria se expandido e desenvolvido se não tivesse existido um vasto domínio unido que permitisse que os primeiros missionários viajassem livremente por muitas províncias populosas. Ainda hoje a Igreja Católica conserva muito da atmosfera e da linguagem do Império Romano.

AS FRONTEIRAS

Vamos agora analisar rapidamente a extensão do Império na época em que Augusto tornou-se imperador, em 27 a.C.

Todo o território em volta do Mediterrâneo pertencia diretamente a Roma ou era governado por reis nominalmente independentes, mas conscientes de estarem sob o poder absoluto da cidade, já que só haviam conseguido assumir o trono com a autorização dela e podiam ser depostos a qualquer momento. Por essa razão, eram completamente submissos ao imperador; além disso, mantinham com frequência, em seus reinos satélites, mais segurança do que Roma teria conseguido se os governasse diretamente.

Começemos, pois, a oeste do Egito (o patrimônio privado de Augusto), no extremo oriente da costa sul do Mediterrâneo.

A oeste do Egito situavam-se as províncias de Cirenaica, África e Numídia, nessa ordem. A província da África incluía o que outrora havia sido o domínio de Cartago, cidade que estivera a ponto de derrotar Roma dois séculos antes. A antiga Cartago fora totalmente arrasada por Roma em 146 a.C. (607 a.u.c.), mas, pouco antes de Júlio César ser assassinado, criara-se ali uma colônia romana. Surgiu então uma nova Cartago, dessa vez romana, que se manteria grande e próspera por seis séculos.

A oeste da Numídia, na região ocupada hoje pelas modernas nações da Argélia e do Marrocos, ficava o reino quase independente da Mauritânia. Era assim chamado por ser habitado por uma tribo cujos membros se autodenominavam *mauri*. (Desse nome, posteriormente, é que se derivou, no espanhol, a palavra *moros*, “mouros”, para se referir aos habitantes do norte da África, e dela também deriva a expressão inglesa equivalente, *moors*, e o nome do moderno reino do Marrocos.)

O rei de Mauritânia era casado com Cleópatra Selene, filha de Marco Antônio e Cleópatra. Ele teve com ela um filho chamado Ptolomeu (nome adotado por catorze reis do Egito que antecederam Cleópatra). Ptolomeu assumiu o trono no ano 1.³

Na margem norte do mar Mediterrâneo estavam, a oeste da Itália, as duas ricas regiões da Hispânia e da Gália. Na Hispânia (que incluía tanto Portugal quanto a Espanha atuais), os romanos entraram pela primeira vez dois séculos antes de Augusto. Durante todo esse tempo, entretanto, os hispanos resistiram valentemente às armas romanas, e só se retiraram aos poucos. Mesmo nos tempos de Augusto, a Hispânia setentrional ainda não havia sido pacificada. Os cântabros, tribo que habitava o norte da Hispânia, lutaram contra os exércitos de Augusto por vários anos, e foram dominados apenas em 19 a.C. Só então a Hispânia, em sua totalidade, transformou-se em um lugar pacífico e tranquilo do Império.

3. As datas posteriores ao ano tradicional de nascimento de Jesus podem ser indicadas com as iniciais d.C., “depois de Cristo”. Neste livro, omitiremos essas iniciais. Iremos, por exemplo, nos referir a 18 a.C., mas quando se tratar de 18 d.C., escreveremos apenas 18.

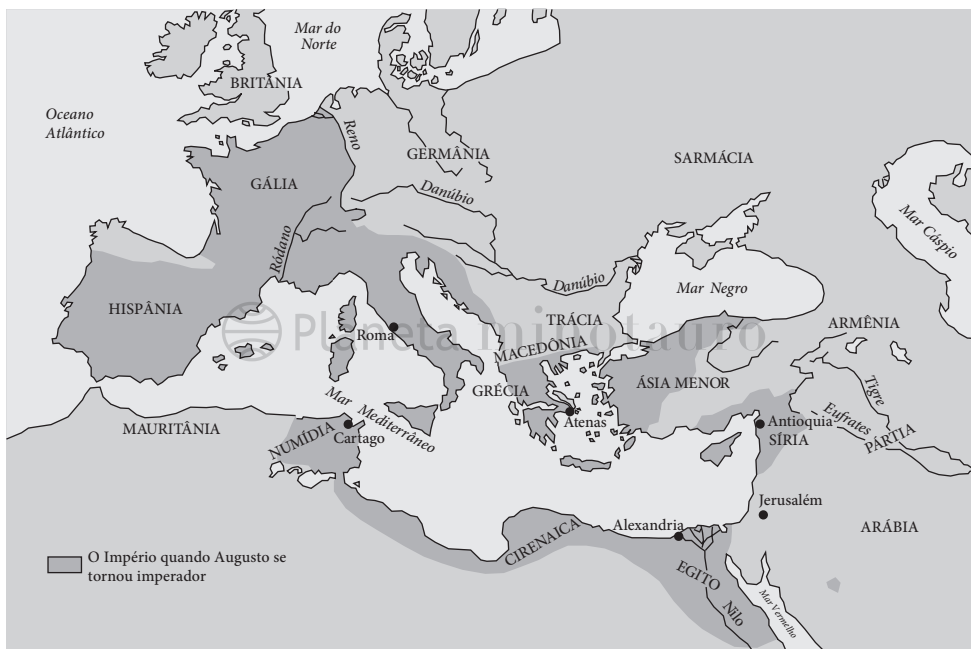


Figura 1: O Império Romano em 29 a.C.

Augusto comandou, na Hispânia, operações pacíficas e ofensivas bélicas, e fundou várias cidades, entre elas duas para as quais podemos voltar nossa atenção; ambas receberam nomes em homenagem a ele: Caesar Augusta e Augusta Emerita (Augusto, o Soldado Aposentado). Sobrevivem hoje com nomes derivados desses: Saragoça e Mérida, respectivamente.

A Gália (que incluía a França moderna, a Bélgica e as partes da Alemanha, Holanda e Suíça situadas a oeste do rio Reno), só foi invadida pelos romanos muito depois de tomar a Espanha; o conquistador foi Júlio César. Mas a fronteira alpina entre a Gália e a Itália ainda estava em posse das tribos nativas na época em que Augusto se tornou imperador.

A leste da Itália fica o mar Adriático. A costa oposta ao mar Adriático fazia parte do que os romanos chegaram a chamar de *Illyricum*, mas em português é mais comum chamá-la de Ilíria. Corresponde, aproximadamente, à antiga Iugoslávia. Quando Augusto se tornou imperador, Roma dominava apenas a linha costeira, chamada às vezes de Dalmácia.

A sudeste da Ilíria ficavam a Macedônia e a Grécia, ambas firmemente dominadas pelos romanos.

A leste da Grécia fica o mar Egeu, e, do outro lado, a Ásia Menor (que abrange a moderna Turquia). No período em que a República Romana começou a se expandir para o leste, a Ásia Menor era um mosaico de reinos de fala grega. Quando Augusto chegou ao poder, os reinos do norte e do oeste da Ásia Menor eram províncias romanas. O restante era dominado de forma indireta, porém firme, por Roma.

Ao sul da Ásia Menor ficavam a Síria, que era província romana, e a Judeia, com um rei nativo que governava com a permissão romana. A sudoeste da Judeia, voltamos novamente ao Egito.

Augusto, ao contemplar o Império, via-o bem unido por estradas que se estendiam da Itália até as províncias como uma rede em constante ampliação e expansão. E a maioria de suas fronteiras era

protegida. No sul e oeste, o Império ficava completamente protegido contra invasões estrangeiras, pois em ambas as direções alcançara um limite absoluto. A oeste estava o ilimitado oceano Atlântico, e ao sul da maior parte da África romana, o igualmente ilimitado (pelo menos para os romanos) deserto do Saara.

Ao sul do Egito, o rio Nilo continuava até uma nebulosa nascente, desconhecida pelos antigos. Nessa região habitavam tribos da Etiópia que haviam travado grandes guerras contra o Egito mil anos antes da época de Augusto. Mas aqueles dias haviam passado há muito, e agora a Etiópia estava calma em sua maior parte. Os Ptolomeus do Egito criaram várias colônias na Etiópia, mas nunca haviam tentado conquistar aquela terra de verdade.

Depois da ocupação romana do Egito, o governador Caio Petrônio reagiu a uma incursão etíope lançando uma expedição de represália em 25 a.C. Marchou para o sul e ocupou parte da Etiópia, mas Augusto não enxergou ali uma ação útil. A Etiópia estava longe demais para ser de alguma utilidade a Roma, e não compensavam os gastos com dinheiro e homens. Fez o exército retornar e em seguida houve uma paz ininterrupta na fronteira meridional do Egito. (Uma tentativa pouco consistente de cruzar o mar Vermelho a partir do Egito e tomar o sudoeste da Arábia também foi suspensa por Augusto.)

A sudeste da Síria e da Judeia ficava o deserto árabe, que, como o Saara, representava um limite para as armas romanas e uma proteção contra um ataque inimigo. Em anos posteriores, o âmbito romano se expandiu um pouco pelo deserto, mas não foi muito longe.

A leste, a situação era mais perigosa. Ali estava a única potência organizada realmente independente que fazia fronteira com os domínios romanos e se mostrava hostil a Roma. Era a Pártia, que se estendia pela região ocupada principalmente pelo atual Irã.

A Pártia era, na realidade, uma restauração da antiga monarquia persa, que havia sido fragmentada e destruída três séculos antes por Alexandre Magno. (Pérsia é uma derivação de *Pártia*.) A cultura grega

influenciara os partos por meio dos sucessores de Alexandre, mas nunca criara raízes fortes.

Depois da morte de Alexandre, a maior parte da seção asiática de seu Império foi parar nas mãos de um de seus generais, Selêuco, e por isso ficou conhecida como Império Selêucida. Quando ficou enfraquecido, as tribos partas conquistaram a independência, por volta de 250 a.C., e estenderam o próprio poder a oeste, à custa de seus antigos senhores.

Em 64 a.C., Roma anexou o que restava do Império Selêucida (então limitado à Síria) e fez dele uma província. Enfrentou, então, a Pártia diretamente. Em 53 a.C. (700 a.u.c.), um exército romano atacou a Pártia sem que houvesse qualquer provocação e sofreu uma catastrófica derrota. A Pártia se apoderou dos estandartes das legiões derrotadas, algo que, para Roma, constituía uma grande desonra.

Quinze anos mais tarde, exércitos romanos invadiram a Pártia novamente e conseguiram algumas vitórias, o que foi, de algum modo, uma vingança, mas a Pártia conservava ainda os estandartes capturados. Seguiu-se um longo período de avanços e recuos entre Roma e Pártia no qual o reino da Armênia funcionou como a corda do cabo de guerra entre as duas potências.

A Armênia fica na borda oriental da Ásia Menor, imediatamente ao sul dos montes do Cáucaso. Os exércitos romanos invadiram a Armênia pela primeira vez por volta de 70 a.C. e impuseram sua influência sobre o reino. Mas quando os romanos colocavam no trono armênio um de seus associados, os partos arrumavam um jeito de substituí-lo por alguém alinhado a eles.

Augusto não viu condições de resolver o problema por meio de uma grande conquista. A tarefa de reformar a política financeira do Império era pesada demais, e o dinheiro era escasso. Os gastos de uma guerra contra os partos certamente fariam suas reformas fracassarem e ele talvez sofresse uma derrota que arruinaria seu prestígio. Por isso, decidiu exercer uma pressão cautelosa, mínima, sobre a Pártia.

Como de costume, dois candidatos – um títere romano e outro parto – disputavam o trono armênio. Usando como desculpa o pedido de ajuda feito pelo títere romano, Augusto enviou um exército à Armênia sob o comando de seu enteado. O candidato romano foi colocado no trono, e o parto, derrotado e morto.

Tampouco a Pártia tinha ânimo para combater, pois tinha os próprios problemas internos, e quando Augusto insinuou ter disposição para assinar um tratado de paz, aproveitou de bom grado a oportunidade. Em 20 a.C., a paz foi restabelecida e a Pártia concordou em devolver os estandartes capturados trinta e três anos antes. A honra romana foi resgatada e a prudência de Augusto foi magnificamente recompensada.

(A Armênia, no entanto, não ficou tão firme em mãos romanas. Durante mil anos, seria um estado-tampão que ora caía sob a influência romana, ora escapava dela, conforme as marés mutáveis da guerra.)

OS GERMÂNICOS

Ao norte da parte europeia do Império, a situação era diferente. Ali não havia desertos, nem um reino estabelecido e relativamente civilizado com o qual fosse possível um acordo de paz. Em vez disso, havia montanhas e bosques sem estradas, habitados por guerreiros bárbaros que os romanos chamavam de *germani*, de onde provém nossos termos *germanos* e *germânicos*.

A primeira experiência romana com os germanos aconteceu em 113 a.C., quando os cimbrós e os teutões abandonaram suas terras originárias, em alguma parte da costa norte alemã, e se deslocaram para o sul. Foram derrotados, finalmente, no sul da Gália e norte da Itália, mas Roma ficou de sobreaviso. Compreendeu que do norte despontava um sério perigo.

O perigo foi eliminado, em parte, em 51 a.C., quando Júlio César conquistou a Gália e estabeleceu o poder romano sobre o rio Reno.

Com as legiões romanas acampadas estrategicamente ao longo da margem ocidental do Reno, esses exércitos e o próprio Reno seriam uma formidável barreira contra os germanos, barreira que, na realidade, fora mantida (embora com ocasionais invasões) por mais de quatro séculos.

César foi além. Em duas ocasiões, em 55 e em 53 a.C., enviou pequenas forças em incursões do outro lado do Reno, na Germânia. A intenção dele não era conquistar o território, mas obrigar os germanos a tomarem consciência do poderio romano e manterem-se a distância.

A leste da Gália, a fronteira romana era menos sólida. Corria por uma linha desigual de território montanhoso que não estava muito bem definido e tampouco era fácil de defender. Mas a mais ou menos 250 quilômetros ao norte da fronteira corria o grande rio Danúbio, que atravessa a Europa de oeste a leste. Parecia necessário chegar ao Danúbio e interpor ali outra barreira claramente definida e fácil de defender entre os domínios romanos e os bárbaros do norte.

Por isso, Augusto enviou seus exércitos para o norte na principal guerra agressiva de seu reinado. Mas nem mesmo essa ofensiva constituiu uma verdadeira ação imperial: foi uma tentativa de chegar a uma linha que pudesse ser defendida; uma tentativa de conquistar para encerrar as conquistas.

De maneira lenta e tenaz, os exércitos romanos avançaram; primeiro, apoderaram-se das regiões montanhosas alpinas que formavam um semicírculo em volta do norte da Itália. Depois, em 24 a.C., Augusto fundou a cidade de Augusta Pretoria (Augusto, o General), que ainda existe com o nome de Aosta.

Os territórios situados ao norte e a leste dos Alpes também foram ocupados. A Ilíria tornou-se romana, e a leste dela foi criada a província da Mésia (que abrangia o que é hoje o sul da ex-Iugoslávia e o norte da Bulgária). Ao norte da Itália e da Ilíria, a terra do Danúbio logo ficou dividida em três províncias, que eram, de oeste para leste, a Récia,

a Nórlica e a Panônia. Correspondem, aproximadamente, às modernas Baviera, Áustria e Hungria ocidental, respectivamente.

Por volta de 9 a.C., as legiões romanas estavam postadas ao longo do Danúbio desde a foz até a nascente. Houve algumas rebeliões que precisaram ser sufocadas, mas não foram muito significativas. O único território de toda a região que manteve seu autogoverno foi a Trácia (que corresponde à parte sul da atual Bulgária). Como a Trácia não ficava de fato no Danúbio, e os chefes locais eram firmemente submissos à influência romana, ela permaneceu outro meio século sem ser anexada.

Teria sido conveniente para Augusto deixar as coisas assim, e é bem provável que tenha sido a intenção dele. Infelizmente, muitas vezes, é mais fácil guerrear do que estabelecer a paz. Os germanos não queriam que o poderio romano sobre a Gália se consolidasse. Levando em conta a história passada de Roma, parecia quase certo que, com o tempo, Roma tentaria conquistar a Germânia.

Várias tribos germânicas tentaram formar uma confederação para criar uma frente unida contra os romanos. Além disso, fizeram o possível para fomentar a revolta na Gália. Tiveram algum sucesso nessas duas tentativas, mas não o suficiente. Era difícil unir todas as obstinadas tribos germânicas, e algumas recusavam qualquer iniciativa de promover uma ação unificada. Para agravar a situação, as rebeliões gálicas estavam sendo esmagadas assim que eclodiam.

Os generais romanos da região tinham a impressão de que o mais sensato seria invadir o quanto antes a Germânia. Era o único modo de garantir a pacificação da Gália e talvez servisse para impedir a formação de uma perigosa união germânica caso as tribos guerreiras viessem a encontrar algum chefe dinâmico que pudesse impor-lhes a unidade contra a sua vontade.

Os generais a que nos referimos eram dois enteados de Augusto.

Ele não teve filhos homens, mas em 38 a.C., antes de chegar ao poder, apaixonou-se e se casou com Lúvia Drusila, uma jovem – de 19 anos – astuta e capaz, apropriada, em todos os sentidos, para ser

esposa de Augusto. Quando ele (que na época ainda se chamava Otaviano) apaixonou-se por ela, Lúvia era casada, mas isso não era nenhum obstáculo na Roma daqueles tempos: Augusto obrigou o marido dela a divorciar-se. (O próprio Augusto tivera duas esposas, das quais se divorciara. O divórcio era muito fácil na Roma da época, e muito comum nas classes altas.)

Quando se casou com Lúvia, ela já tinha um filho de 4 anos e estava grávida de outro. Ambos chegaram a ser generais muito capazes.

O mais velho era Tibério (Tibério Cláudio Nero César), que, com apenas 20 anos, lutou nas campanhas contra os cântabros no norte da Hispânia. Dois anos depois, em 20 a.C., foi ele que liderou os exércitos romanos até a Armênia e possibilitou recuperar os estandartes romanos em poder dos partos. Em seguida, foi enviado para auxiliar seu irmão mais novo, Druso (Cláudio Nero Druso), nas batalhas do norte da Itália que levaram ao estabelecimento da fronteira no Danúbio.

Em 13 a.C., Tibério e Druso foram enviados à Gália para supervisionar o Reno, mas várias revoltas no Danúbio obrigaram Tibério a ir até lá. Druso ficou sozinho no Reno e teve boa atuação. Quando uma tribo germânica realizou uma ousada incursão pela Gália, em 12 a.C., Druso rechaçou-a e depois a perseguiu até o outro lado do Reno. Nos três anos seguintes, marchou e contramarchou, sempre vitorioso (se bem que uma das vezes caiu em uma emboscada e teria sido derrotado se os germanos – convencidos demais da própria vitória – não tivessem se descuidado e se desorganizado, na ânsia de iniciar logo o saque).

Em 9 a.C. (744 a.u.c.), Druso chegou ao Elba, a quatrocentos quilômetros a leste do Reno.

É possível que, sob a liderança de Druso, Roma tivesse conquistado a Germânia, e a história do mundo teria sido diferente. É possível até que Roma conseguisse avançar até a linha dos rios Vístula e Dniestre, que correm do mar Báltico ao mar Negro. Teria sido uma

fronteira muito mais curta que o Reno e o Danúbio, e muito mais fácil de defender. Os germanos do interior do Império teriam sido civilizados e romanizados e... bem, a imaginação corre solta; mas não foi o que aconteceu, então para que continuar falando sobre isso?

No caminho de volta do Elba ao Reno, o cavalo de Druso tropeçou e atirou-o no chão. Os ferimentos que sofreu foram fatais. Tinha apenas 31 anos quando morreu, uma grande perda para Roma.

Augusto substituiu imediatamente Druso por Tibério e as coisas poderiam ter prosseguido bem: Tibério tratou de garantir que os germanos não ganhassem excessiva confiança pela morte de Druso, e por isso repetiu a façanha do irmão de conduzir seu exército, ida e volta, entre o Reno e o Danúbio. Infelizmente, Tibério vivia uma tragédia pessoal.

Augusto tinha uma filha chamada Júlia, de seu primeiro casamento, e como era sua única descendente, e os filhos que ela tivesse poderiam suceder Augusto como imperadores. Ela já tinha cinco filhos, três deles homens. Em 12 a.C., ficou viúva, aos 27 anos. Lívia, sua madrasta, viu na situação uma oportunidade. Se conseguisse arrumar um casamento entre a jovem viúva e seu filho Tibério, a probabilidade de ele ser o próximo imperador aumentaria. Isso porque os filhos de Júlia talvez fossem ainda jovens demais para governar quando Augusto morresse, já que então Tibério seria não só enteado de Augusto, mas também seu genro.

Augusto foi convencido por Lívia (que exercia grande influência sobre ele). Havia apenas um obstáculo para o plano de Lívia. Tibério, ao que parece, já era casado com uma mulher que amava ternamente. Mas Augusto obrigou-o a divorciar-se e a se casar com Júlia, uma mulher frívola e imoral, que o sóbrio e correto Tibério não suportava. O casamento forçado foi um grande golpe no coração de Tibério e deixou-lhe uma marca da qual nunca se recuperaria.

Após a campanha que fez na Germânia, Tibério sentiu que não conseguiria mais suportar a situação e obteve permissão para se

refugiar na ilha grega de Rodes, onde ficaria longe de sua odiada segunda mulher e afogaria suas mágoas no exílio.

Augusto, por sua vez, ficou colérico com a atitude de seu novo genro, pois considerou que ele estava abandonando os próprios deveres militares e se comportando de modo ofensivo em relação a Júlia. Por isso, mais tarde, quando Tibério pediu permissão para voltar a Roma do autoexílio, recebeu uma negativa, e só conseguiu tal permissão mais tarde, dada a contragosto. Na realidade, só voltou a intervir em assuntos do Estado em 5 a.C., quando foi necessário recorrer aos préstimos militares de Tibério para esmagar uma rebelião na Panônia. Ele trabalhou habilmente e, no ano 9 a. C., a região estava pacificada.

Durante o período de quinze anos no qual Tibério esteve afastado da Germânia, a região ficara em mãos de oficiais subalternos, com resultados muito ruins para Roma. Na realidade, o casamento forçado de Tibério teve alto custo para todos, na época e até hoje.

No ano 7, Augusto decidiu que vinte anos de ocupação romana haviam feito da região situada entre o Reno e o Elba uma sólida propriedade romana. Decidiu organizá-la como província e, para isso, enviou Patrocínio Quintílio Varo à Germânia. Varo havia sido cônsul em 13 a.C. e depois governara a Síria, embora com maior corrupção do que seria cabível a um funcionário de Augusto.

Varo teve a tarefa de romanizar os germanos, mas fez isso com grande arrogância e sem o menor tato. Despertou desejos imediatos de revolta nos germanos, que encontraram como líder um jovem de 25 anos chamado Armínio (forma latina do nome germânico Hermann). Armínio servira nos exércitos romanos, estava romanizado, sabia latim e tinha até cidadania romana. Mas isso não significava que estava disposto a se submeter à arrogância romana que Varo representava.

Armínio iniciou uma campanha com muita astúcia. Ganhou a confiança de Varo e persuadiu-o, no ano 9, a abandonar a segurança da fortificação do Reno e estabelecer acampamento no interior da Germânia. Armínio organizou, então, uma pequena revolta para

atrair Varo para longe, ao interior dos bosques germânicos, enquanto Armínio e um contingente germano seguiam pelo mesmo caminho, como retaguarda. Quando Varo já estava bem dentro dos bosques do chamado Teutoburger Wald (Floresta de Teutoburgo), a mais ou menos 130 quilômetros a leste do Reno, Armínio se afastou. Quando um sinal combinado foi dado, ele levantou o país e lançou um ataque repentino e avassalador vindo de todas as partes, abatendo-se como um raio sobre Varo, que não tinha a menor suspeita de estar totalmente rodeado. Varo e seus homens lutaram valentemente, mas era uma causa perdida. Em três dias, três legiões romanas foram totalmente aniquiladas.

A notícia foi recebida em Roma como se os sinos da morte estivessem soando. Fazia mais de dois séculos que um exército romano não sofria derrota similar. Augusto prostrou-se de dor. Não tinha como substituir as três legiões sem impor uma insuportável carga fiscal ao Império, por isso o exército romano ficou por muito tempo reduzido de 28 para 25 legiões. Conta-se que Augusto batia a cabeça nas paredes do próprio palácio gritando: “Varo, Varo, devolva minhas legiões!”.

Mas Varo não devolveu. Havia morrido junto com seus homens.

Tibério marchou à frente e rapidamente conduziu expedições ao outro lado do Reno para mostrar aos germanos que Roma ainda era poderosa, e para dissuadi-los de qualquer tentativa de coroar a vitória invadindo a Gália.

Mas as marchas de Tibério contra os germanos não tiveram muitos resultados. Em nenhum momento foi feita qualquer tentativa de conquistar a Germânia, nem na época, nem nunca mais. A fronteira romana, que por tão curto tempo estivera situada no Elba, foi retirada para o Reno (embora forças romanas continuassem ocupando a linha costeira da atual Holanda e da Frísia, a leste do Reno) e ali permaneceu.

A Batalha da Floresta de Teutoburgo foi, na realidade, uma das batalhas decisivas da história do mundo. Os germanos conservaram

a independência que já tinham e nunca sentiram o cálido contato da romanização, a não ser de longe.

Quatro séculos mais tarde, as tribos germânicas, ainda livres e ainda bárbaras, voltariam-se contra Roma e fariam-na em pedaços.

A ÉPOCA DE AUGUSTO

No reinado de Augusto, pacífico na Itália e nas províncias assentadas, houve um florescimento da cultura. Essa “época de Augusto” da literatura latina – junto com o período anterior, no qual o destaque foi o orador Cícero – constituiu a Era de Ouro cultural de Roma.

O próprio Augusto interessava-se muito pela literatura e estimulava e apoiava os escritores. Ainda mais notável nesse aspecto era um íntimo amigo e ministro de Augusto, Caio Cílnio Mecenas, que desde a idade escolar fora sempre próximo de Augusto. Durante os últimos anos das guerras civis, havia permanecido em Roma cuidando dos assuntos internos, enquanto Augusto travava as batalhas finais. Com o advento da paz, foi Mecenas quem insistiu com Augusto para que não restabelecesse a República, argumentando que com ela todas as velhas desordens ressurgiriam.

Por volta de 16 a.C., Mecenas – que então era imensamente rico – retirou-se da vida pública e usou da própria riqueza para manter e ampliar sua ocupação favorita: apoiar e estimular os artistas, escritores e sábios de Roma. Tão célebre se tornou nesse sentido que a palavra “mecenas” passou a ser usada para se referir a todo homem rico dedicado a patrocinar as artes.

O autor mais proeminente dos que se beneficiaram do patronato de Mecenas foi Públio Virgílio Maro, mais conhecido como Virgílio.

Virgílio nasceu em 70 a.C. em uma fazenda próxima de Mântua. Depois da batalha de Filipos, na qual Augusto triunfou, finalmente, sobre os assassinos de César, os soldados vitoriosos foram

recompensados com lotes de terra na Itália (prática que já era comum durante as guerras civis). O pai de Virgílio teve sua granja expropriada em 42 a.C. para ser entregue a um desses soldados.

No entanto, Virgílio já desfrutava de certa reputação como poeta e era conhecido de um dos generais de Augusto, Caio Asínio Polião (também poeta e orador), que tinha sob seu comando essa região da Itália. Asínio Polião providenciou para que as terras fossem devolvidas a Virgílio e o apresentou a Mecenas.

Entre as obras de Virgílio, destacam-se, em primeiro lugar, uma série de poesias curtas chamadas *Éclogas*. Delas, a “Quarta *Écloga*”, escrita em 40 a.C., descreve o iminente nascimento de um menino que criaria um novo reino de paz no mundo. Ninguém sabe exatamente a quem Virgílio se referia. Talvez quisesse apenas elogiar um de seus protetores, cuja esposa estivesse grávida. Mas os cristãos posteriores julgaram possível que fosse uma previsão (talvez inconsciente) do nascimento de Jesus, e por isso tal menção ganhou grande importância na tradição cristã. Na *Divina Comédia* de Dante, escrita treze séculos mais tarde, é Virgílio quem guia Dante pelo Inferno.

Por sugestão de Mecenas, Virgílio compôs as *Geórgicas*, uma exaltação da agricultura e da vida campestre. (O nome provém de uma palavra grega que significa *fazendeiro*.) O propósito pode ter sido estimular um ressurgimento da agricultura na Itália, objetivo definido por Augusto.

Augusto, na verdade, tentou restaurar entre os romanos todas as supostas virtudes dos dias mais simples, retratando seus venerados antecessores como lavradores genuínos, honestos, responsáveis, valentes e muito trabalhadores, além de maridos leais, nobres pais e patriotas devotos. Infelizmente, Augusto não teve sucesso nessa empreitada, pois, em muitos aspectos, a Itália de seu tempo era um complexo exemplo de “sociedade opulenta”, como a nossa de hoje. Os artigos de luxo chegavam em quantidade de todas as partes do Império, e as classes altas tinham como principal ocupação se divertir.

Casavam-se muitas vezes, divorciavam-se facilmente, comiam, bebiam e desfrutavam do ócio. Quanto às classes mais pobres, tinham alimento gratuito e muitos espetáculos e jogos para diversão. Os moralistas desaprovavam a situação e comparavam Roma desfavoravelmente a outras nações e também com seus próprios antepassados, mas a situação não mudou. Embora as *Geórgicas* de Virgílio sejam consideradas exemplo de um latim modelar, eram lidas principalmente pelas classes ociosas e não provocaram um expressivo retorno dos aristocratas ao campo.

Virgílio dedicou seus anos posteriores a um grande poema épico em doze livros chamado *Eneida*, iniciado, supõe-se, a pedido do próprio Augusto. Quanto à trama, a *Eneida* é, na realidade, uma pálida imitação de Homero. O herói é o guerreiro troiano Eneias, e o poema relata a fuga dele da Troia incendiada e a longa viagem que faz, cheia de aventuras, chegando finalmente à Itália, onde estabelece os alicerces da futura fundação de Roma por seus descendentes. Também é atribuído a ele um filho chamado Júlio, do qual teria descendido a família Júlia (a de Júlio César e Augusto).

O poeta trabalhou nessa obra muitos anos e ainda se dedicava a aprimorá-la quando morreu, em 19 a.C. Insatisfeito com tudo o que não fosse perfeito, deixou ordens para que o manuscrito fosse queimado. Augusto, entretanto, impediu, e depois de alguns toques finais dados por outras pessoas, a *Eneida* foi publicada. Virgílio é considerado o maior poeta romano.

O segundo grande poeta romano foi Horácio (Quintus Horatius Flaccus), filho de um liberto, nascido em 65 a.C. no sul da Itália e educado em Roma e Atenas. Estava destinado claramente à vida literária, pois sua experiência no exército havia sido desastrosa. Enquanto estava em Atenas, ocorreu o assassinato de Júlio César, e Horácio juntou-se ao exército dos seus assassinos na Grécia. Na batalha de Filipos, onde Horácio prestou serviço como oficial, preferiu fugir em troca de uma segurança pouco gloriosa.